

O GRANDE MITO | Manobras escondem lucro bilionário de Previdência e criam a mentira do déficit

ESPECIAL DIA DOS PAIS | Metalúrgicos falam sobre a experiência da paternidade



SINDICATO DOS METALÚRGICOS DA GRANDE CURITIBA

Filiado à:



Uma publicação do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC)

metal

Edição 9 | Julho | Agosto 2015

revista



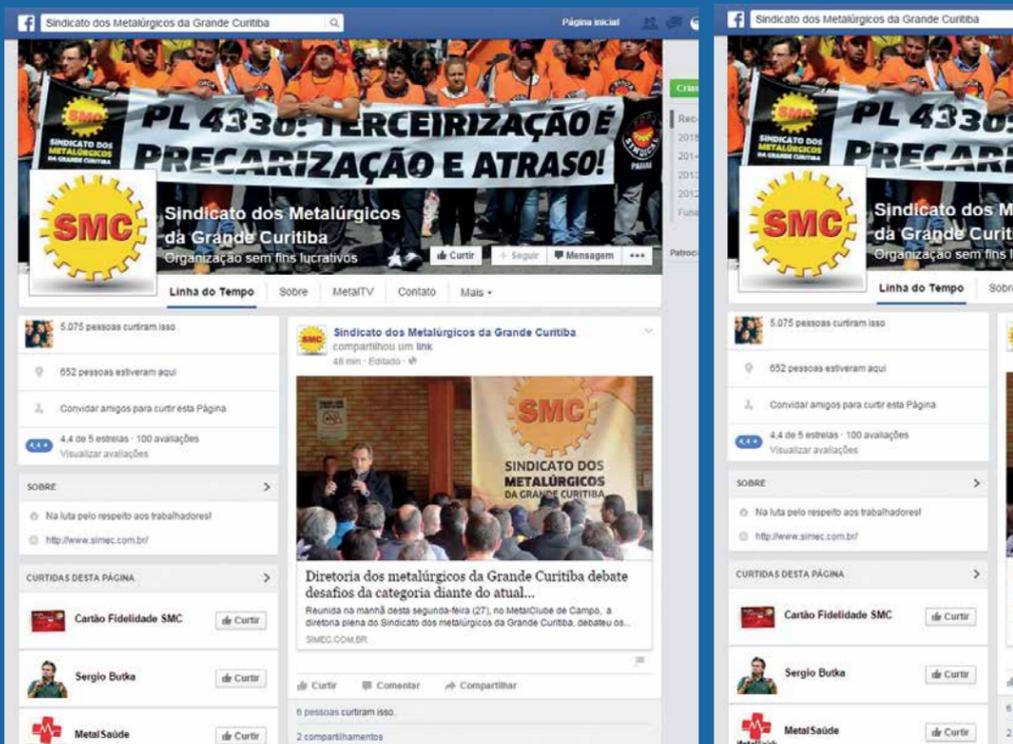
RALO DO NOSSO DINHEIRO

Cerca de **R\$ 1 trilhão por ano** vai direto dos cofres públicos para o bolso de meia dúzia de banqueiros e agentes privados. Enquanto eles sugam **47% do orçamento do Brasil** com a dívida pública, educação e saúde ficam com menos de 4%. E a segurança, menos de 1%.

NOSSA LUTA TAMBÉM NAS REDES SOCIAIS!

CURTA O SMC NO FACEBOOK

www.facebook.com/metalurgicosdecuitiba



• MOBILIZAÇÃO • LUTAS
• DIREITOS • CIDADANIA



**SINDICATO DOS
METALÚRGICOS
DA GRANDE CURITIBA**



**SINDICATO DOS
METALÚRGICOS
DA GRANDE CURITIBA**

Diretoria Efetiva

Presidente

Sérgio Butka

Vice-Presidente

Cláudio Gramm

2º Vice-Presidente

Nelson Silva de Souza

Secretário-Geral

Jamil Davila

1º Secretário

Olário Krieger

2º Secretário

José Roberto Athayde

Tesoureiro Geral

Francisco de Assis

Neves Martins

1º Tesoureiro

Gerson Luiz Vuicik

2º Tesoureiro

Roberto Eltermann

Diretor Administrativo

Paulo Roberto

dos Santos Pissinini

Diretor Administrativo

Pedro Celso Rosa

Diretor Administrativo

Oswaldo da Silva Silveira

Diretor Administrativo

Edson Antônio dos Anjos

Diretor Administrativo

Salvador Antônio Vatrín

Diretor Administrativo

Wilson Tatarén

Diretor Administrativo

Diamiro Cordeiro

da Fonseca

Palavra do Presidente



A quem interessa essa crise?

Para nós, trabalhadores, que sentimos os danos da crise econômica na pele, prejudicando nossas vidas e nossas famílias, parece não fazer o menor sentido que alguns possam “gostar da crise”. A ideia de que tem alguém levando vantagem e alimentando a crise chega a parecer insana. Porém, olhando a situação friamente, não é difícil perceber que tem muita gente por aí cantarolando o “quanto mais desgraça, maior a graça”.

A começar por aqueles que perderam a eleição em 2014. Não satisfeitos com o resultado das urnas, alimentam uma crise política de revanchismo. Não ajudam em nada, não têm compromisso com um Brasil melhor e não buscam construir um consenso que nos aponte para um novo horizonte. Enquanto brigam pelo poder, o País se aprofunda na crise e quem paga a conta é o trabalhador.

O setor financeiro é outro que tem mamado alto com a crise. Sob o mantra do “combate à inflação”, replicado acriticamente pela grande imprensa, manipulam o Banco Central e mantêm a taxa de juros no Brasil como a mais alta do mundo. Assim, lucram alto com a dívida pública, como mostra a matéria de capa dessa MetalRevista, e levam metade de todo o orçamento nacional. Sem dúvida alguma, algo que será visto no futuro, no estudo dos historiadores, como o maior saque legalizado do dinheiro público

“Neste momento, vivem de criar fatos para enfraquecer os sindicatos, fragilizar o trabalhador e retirar direitos”

“Abutres da crise agem como aquelas multinacionais que lucram alto com guerras que matam milhões. Não vêem pessoas, mas apenas cifras e números”

da história da humanidade.

Grandes empresários e grupos econômicos também aproveitam o momento para tirar a sua casquinha, fragilizando direitos, cortando benefícios, conseguindo leis que cortam salários, enfim, pavimentando caminho para o aumento do lucro e da exploração. De forma orquestrada com a grande mídia, atacam a organização sindical dos trabalhadores, tudo com um único fim: fragilizar nossa defesa, subtrair direitos e aumentar os lucros. São os abutres da crise: agem no mesmo espírito daquelas multinacionais que lucram alto com guerras que matam milhões. Para eles, não existem vidas, mas apenas cifras e números.

A nós, não resta outra saída, senão o enfrentamento. Já vimos esse filme outras vezes. Nunca esmorecemos e não vai ser agora que iremos afrouxar. Pelo contrário! Vamos ampliar nossa organização nas fábricas, levar a informação de qualidade, mobilizar e garantir que os nossos direitos não sejam retirados para encher os bolsos de meia dúzia. Não vamos pagar a conta da ganância do grande capital e nem afagar a mágoa dos derrotados nas urnas. Vamos à luta!

Sérgio Butka,

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), Presidente da Federação dos Metalúrgicos do Paraná (Fetim) e Vice-Presidente da Força Sindical do Paraná

Expediente

A MetalRevista é uma publicação do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) voltada aos trabalhadores associados.

Diretor responsável: Sérgio Butka - **Editor-chefe:** Gláucio Dias

Redação: Piatã Müller, José Luiz do Nascimento, Felipe Faus, Gláucio Dias

Projeto gráfico: Adailton de Oliveira

Diagramação e arte: Ricardo Humberto

Imagens: Equipe do Departamento de Imprensa e Marketing do SMC.

Felipe Rosa, Suellen Lima e arquivo **Colaboração:** Gabriela Jahn

Jornalista responsável: Gláucio Dias - Registro Profissional: MTE 04783 -PR

Edição:

agência
confraria



ESPECIAL

pai

16

METALÚRGICO

Trabalhadores mostram força e realização ao construir família

08 O conto do déficit

Como os governos do Brasil disfarçam o lucro de R\$ 70 bilhões da Previdência Social



34 Ideologia de gênero

O que é isso que querem ensinar nas escolas aos nossos filhos?

24 Ralo nacional

Conheça o maior desvio de verbas do trabalhador para mãos privadas

30 Entrevista:

Maria Lucia Fattorelli: "Ou se enfrenta o sistema da dívida, ou não há saída"



14

PL4330

Força Paraná repudia Projeto da Terceirização em audiência do Senado



38 ENGANAÇÃO

Deputados tentam batizar mudanças para pior como "reforma política"

CARTA DOS LEITORES



Aproveite você também este espaço para dar sua opinião ou enviar sugestões para o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba.

Envie seu comentário para o e-mail: metalrevista@simec.com.br

Atendimento excelente!

Essa foi a segunda vez que fui para a Colônia de Férias de Matinhos. Apesar do dia ter sido meio frio, aproveitamos bastante as caminhadas na praia. Não temos nada do que reclamar. O atendimento foi excelente, o quarto estava bom... Minha esposa e minha filha gostaram bastante.

Vanderlei Cruz, é metalúrgico desde 2005 e associado desde 2007. Trabalha na Renault.



Cinco dias de muita tranquilidade e descanso

Quando fomos, ficamos de sábado até quarta-feira na Colônia de Férias de Matinhos, e gostamos bastante. Foram cinco dias de muita tranquilidade e descanso. Esperamos descer mais vezes. Tudo muito bem organizado, bom atendimento... Quem mais aproveitou foram meus filhos. O de dois anos não saiu do espaço kids, a de 12 jogou ping-pong no salão, aproveitou a praia... O dia foi excelente, não estava frio.

Ronaldo Agostinelli é metalúrgico e associado desde 1999. Atualmente trabalha na Bosch.

Fui de novo pra conhecer tudo!

Chegamos no Formar de Guaraqueçaba sábado, às 16h, e saímos domingo, às 11h. Fomos eu, meu marido e meus dois filhos. Estava meio frio, a estrada pra lá é meio ruim, mas valeu a pena. Da outra vez que fomos, andamos de barco e conhecemos a ilha. Dessa vez faltava conhecer o Salto Norato, que tínhamos ficado de conhecer da outra vez. Gosto muito de ir pra lá. Quero ir de novo no verão para curtir bastante.

Marta Froes Pontes é metalúrgica desde 2002 e associada desde 2005. Trabalha na Renault.

Metalúrgico Cesar dos Santos, ao lado da esposa Silvana Sandoval e do filho Marcos Vinicius



À esquerda Cesar dos Santos, vestido de Melk. À direita, Silvaninha e a turma do Melk, que fazem a alegria da criançada



“[As crianças] ficam mais caprichosas, obedientes, gostam de ir à igreja, de andarem arrumadas, limpinhas, não brigam”

Metalúrgico de Curitiba leva valores e formação moral a crianças de todo Brasil

Trabalhador da WHB e sua esposa resolveram fazer o bem com criatividade e alegria. E não pararam mais.

Cesar dos Santos não é um trabalhador qualquer. Há mais de 10 anos ele e sua esposa decidiram levar valores morais e familiares a crianças, mas de um jeito muito inovador. O trabalhador da WHB, que é metalúrgico desde 1999, teve a ideia de criar bonecos e histórias infantis que pudessem servir de exemplo para crianças que normalmente não se interessariam por esse tipo de educação. O projeto desde o início contou com a colaboração da sua esposa, Silvana, e foi assim que surgiu o grupo “Silvaninha e a turma do Melk”.

O metalúrgico conta que a forma como surgiu a ideia para esse projeto foi muito surpreendente. Um dia, na fábrica, em meio ao seu trabalho, teve a ideia de uma só vez, como uma inspiração. Quando chegou em casa contou para sua esposa e ela relatou que havia tido exatamente a mesma ideia.

Tudo começou com fantoches de mão. Histórias eram criadas com personagens inventados pelo próprio metalúrgico, levando conteúdo moral de forma divertida. No final, sua esposa entrava com uma mensagem contendo ensinamentos que pudessem ser levados para a vida de cada criança e família. No entanto, a demanda foi muito grande e “Silvaninha e a turma do Melk” tiveram que expandir horizontes.

Os fantoches viraram fantasias completas feitas a mão pelo próprio metalúrgico. As histórias ganharam músicas com letras também compostas por Cesar, que além do mais, toca guitarra e trompete. Depois as músicas ganharam cliques em desenho ani-

mado, que hoje podem ser vistos até mesmo com óculos de três dimensões.

Tudo isso porque o grupo é solicitado para ir realizar suas apresentações, a grande maioria das vezes em igrejas, em todo o Brasil. “Silvaninha e a turma do Melk” já visitaram quase todos os estados do Brasil e em 2012 foram chamados para ir a Moçambique, na África, depois de um grupo de missionários ter visto seu trabalho na internet. Com ajuda dos amigos e das pessoas que conheciam seu trabalho, Cesar e seu grupo conseguiram levantar o valor necessário para a grande viagem, que foi mais um sucesso. Em termos internacionais, o grupo também recebe convites do Paraguai, o que os leva a esse país todos os anos.

Com a agenda dos finais de semana lotada e um trabalho que vem desde 2005, o metalúrgico calcula que algumas dezenas de milhares de crianças já viram suas apresentações. A maior satisfação vem do resultado na evolução das crianças. “Pelo que os pais passam, elas ficam mais caprichosas, obedientes, gostam de ir à igreja, de andarem arrumadas, limpinhas, não brigam”, conta Cesar.

Para quem quiser acompanhar o trabalho deste metalúrgico que faz a diferença, basta digitar “Silvaninha e a turma do Melk” no facebook e no youtube, para ter acesso aos cliques e acompanhar as ações feitas em tantas cidades ao redor do Brasil e do mundo.

O MITO DO **DEFICIT** NA PREVIDÊNCIA



Análise um pouco mais atenta dos números da Previdência coloca em xeque **uma das maiores farsas do folclore popular brasileiro**: a de que a **Previdência está quebrada**.

Na verdade, a Previdência tem saldo positivo, ou seja, no final das contas, sobra dinheiro, e muito!

Você liga a TV e lá está o tema: o déficit da Previdência. Abre o jornal, e lá vem a mesma conversa. A bendita Previdência aparece como um buraco negro bilionário sugando avidamente os cofres públicos. Isso durante muitos e muitos anos, em todos os tipos de mídias, por décadas e décadas. Todo mundo afinado no mesmo mantra: governo, mercado, agentes financeiros, jornais e tvs. Pois bem. Está construída uma verdade. Construída, o que não significa necessariamente que seja verdade. E não é. O fato é que a Previdência Social não está quebrada. Só em 2013, para se ter uma ideia, ela teve um superávit (lucro) de R\$ 76 bilhões. Os números são revelados pela Análise da Seguridade Social, investigação realizada pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP).

Segundo o doutor em Ciência Econômica, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho da mesma universidade,

Eduardo Fagnani, o déficit da previdência é criado a partir de uma manobra contábil. “O Ministério da Previdência calcula as contas de forma inconstitucional”, relata o economista.

Funciona assim: a Previdência (rural e urbana) faz parte da Seguridade Social, ao lado da Saúde e da Assistência Social. Para forjar o déficit, o governo primeiro coloca a Previdência Rural como despesa da Previdência Urbana, depois dá o calote e não paga a sua parte da contribuição para a Seguridade Social e, para concluir, ainda pega o que tem de saldo positivo do caixa e usa para os seus próprios gastos. “Em três atos, fere diversos artigos da Constituição Federal de 1988, que rege o tema, e cria a base de fatos que irão, no final das contas, gerar o mito do déficit”, resume o professor da Unicamp.

A partir dessa manobra, está dada a nota musical inicial que vai sustentar toda a ladainha do déficit. Analistas atemorizam a população a partir de investimentos que o Governo Federal tem feito para o caixa da Seguridade Social, no entanto, esses gastos não são déficit, mas apenas o cumprimento da sua obrigação constitucional. O artigo 195 da Constituição Federal declara “A Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (...)”. Contribuições de empresas, empregados e governo integram as receitas da seguridade social. Cada um com a sua parcela.

“O Ministério da Previdência calcula as contas de forma inconstitucional.”

Eduardo Fagnani, doutor em Ciência Econômica

O objetivo é apropriar-se de uma quantia fabulosa de capital, cerca de 134 bilhões de reais por ano, para injetar diretamente no mercado financeiro.”

Serge Goulart, economista e professor da Unicamp

Como o governo mantém o mito do déficit

O artigo 194 da Constituição Federal de 1988, em seu primeiro parágrafo, não deixa lugar a dúvidas: “As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União”. Pois é, o Governo até hoje não cumpre esse artigo.

Na prática, o Governo mistura o Orçamento Fiscal e o Orçamento da Seguridade Social (OSS). Ou seja, ele mistura o próprio dinheiro com o dinheiro que deveria estar separado exclusivamente para atender a Previdência, a saúde e a assistência social dos seus cidadãos. Em 2003, após 15 anos da Constituição Federal em vigor, o Governo Federal passou a divulgar o montante de receitas e despesas de forma separada, mas ficou apenas na formalidade.

O livro Seguridade e Previdência Social, publicado pela ANFIP em 2014, aponta que não há controle social algum em tais contas, pois o Conselho Nacional da Seguridade Social (CNSS), único órgão responsável por fiscalizar o Orçamento da Seguridade Social, previsto na Constituição Federal, foi extinto em 1999. Desde então, o governo corre solto, com o apoio da mídia para forjar sua própria contabilidade.

Eduardo Fagnani, da Unicamp, também coordenador da rede Plataforma Política Social, afirma que essa é a mesma forma de contabilização que tem sido praticada desde 1989 e que não foi alterada. “É o que leva a esse erro à luz da Constituição, de que existe déficit na previdência”, relata.

Como se forma o orçamento da Seguridade Social

Para compor o orçamento da Seguridade Social (Previdências Rural e Urbana, SUS e Assistência Social), a Constituição Federal criou as chamadas contribuições “carimbadas”, que são aquelas que devem ir diretamente para as contas da Seguridade Social e não devem integrar o Orçamento da União. Os dois principais tributos são o Cofins e o Pasep, recolhidos nas contribuições de empregadores, governo e empregados.



Governo Federal deve mais de R\$ 10 bilhões à Previdência, aponta Anfip

Segundo a Análise da Seguridade Social de 2013, estudo mais recente finalizado pela Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), desde 2011, o Tesouro Nacional deixou de repassar ao Regime Geral da Previdência Social R\$ 10,02 bilhões. Esses valores são referentes a desonerações que o Governo Federal tem concedido a indústrias de 54 setores, reduzindo consideravelmente os ingressos da previdência.

Para repor os ingressos que deixam de acontecer por conta das desonerações, o Governo Federal faz repasses à previdência no valor do montante que deixou de ser arrecadado no ano. Ou pelo menos assim deveria ser. As renúncias que começaram em 2011, foram crescendo ano a ano, e os repasses que deveriam acompanhar o tamanho das desonerações não foram previstos e nem solicitados pelo Governo. Depois, o Ministério da Previdência divulgou o valor que faltava para fechar o caixa da previdência, sem nem citar os R\$ 10 bilhões que o governo deixou de contribuir. De acordo aos estudos da ANFIP, esse é um valor que não poderá ser recuperado pelo caixa da previdência.



Quais interesses estão por trás desse mito?

A regra é clara. O capital quer mais. Sempre mais. Na visão do economista e professor da Unicamp, Eduardo Fagnani, o mito do déficit da previdência é uma tentativa de fazer a sociedade acreditar que o gasto do Governo Federal com a previdência dos trabalhadores é alto demais e precisa ser reduzido. Se vai menos dinheiro para os trabalhadores, sobra mais para pagar os juros da dívida pública e outros compromissos com o capital. “Nós estamos falando de desvio de recursos públicos. O setor privado está disputando esses recursos”, afirma Fagnani.

De acordo ao autor do livro “Devolvam nossa Previdência”, Serge Goulart, o objetivo do capital com relação à previdência é “apropriar-se de uma quantia fabulosa de capital, cerca de 134 bilhões de reais por ano, para injetar diretamente no mercado financeiro” e, assim, “garantir o financiamento do pagamento da Dívida Externa e Interna, e um oxigênio para a continuidade do delírio da especulação financeira”.

“Nós estamos falando de desvio de recursos públicos.”

Eduardo Fagnani,
Doutor em Ciência Econômica

A fabricação da mentira

Governo passa a mão

Governo se apropria de parte das arrecadações da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social (PIS), que não poderiam integrar o orçamento da União e deveriam ir diretamente para o caixa da seguridade social, conforme determina a Constituição Federal em seu artigo 195.

Faz cálculo inconstitucional

Governo mistura alhos com bugalhos e compara arrecadação da Previdência urbana com gastos da Previdência rural, fazendo o cálculo ao contrário do que determina a Constituição Federal.

Calote na cara de pau

Desde 2011, o governo vem concedendo desonerações a 54 setores da indústria e em três anos causou rombo de R\$ 10 bilhões no caixa da Previdência. Segundo a Lei 12.546/11 se compromete a repor o valor, mas dá o calote.

Engana a população

Governo finge que o pagamento da sua contribuição com o caixa da Seguridade Social é despesa da Previdência, quando na realidade é uma determinação da Constituição Federal, regulamentada pela Lei 8.812/91 que determina que 38% do caixa da Seguridade Social seja composto por verba do Governo (o restante é pago por trabalhadores e empresários).



Assembleia Legislativa do Paraná, com presença maciça dos trabalhadores da Força Sindical do Paraná

Força Sindical do Paraná lota Audiência Pública do Senado sobre Projeto de Terceirização

Trabalhadores repudiaram o PLC 30/2015, projeto enviado pela Câmara ao Senado Federal

Trabalhadores ligados aos sindicatos da Força Sindical do Paraná lotaram o plenário da Assembleia Legislativa do Paraná, no dia 19 de junho, para repudiar em alto e bom som o Projeto de Lei da Câmara 30/2015, que se aprovado no Senado e sancionado pela Presidente da República, irá ampliar a terceirização em todo o país. A audiência realizada é parte do “Fórum em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização”, realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal e da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Paraná.

A audiência foi presidida pelo Senador Paulo Paim; teve a participação dos senadores Requião e Gleisi Hoffmann; do presidente da Força Sindical do Paraná, Nelson Silva de Souza; do deputado estadual Tadeu Veneri; do Juiz José Aparecido dos Santos, presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Amatra/PR); do Procurador-geral do Ministério Público do Trabalho, Gláucio Araújo de Oliveira; da Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Rosa Maria Campos Jorge; do Procurador do Trabalho e Secretário-geral da Associação Nacional dos

Procuradores do Trabalho, Marcelo Adriano; do Juiz Paulo da Cunha Boal, representante da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra); da Vice-prefeita de Curitiba, Mirian Gonçalves; e de Nuredin Allan, da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná (AATPR).

O que o PLC 30/2015 propõe

O PLC 30/2015 é o sucessor do PL 4330, que foi amplamente debatido e repudiado pela Força Sindical do Paraná e a maioria das centrais sindicais ao redor do Brasil. O projeto propõe regulamentar a terceirização, com a

desculpa de que os trabalhadores do setor terceirizado estão sem proteção legal, mas de quebra, torna possível que qualquer empresa possa terceirizar todos os seus trabalhadores. Ou seja, as grandes empresas que atualmente pagam suas verbas trabalhistas, como PLR, FGTS, abono salarial, VT, VR, férias, 13º, indenizações, e por aí vai, não precisariam pagar mais nada, apenas contratando outra empresa menor para realizar parte dos seus serviços.

Como se não bastasse, o projeto ainda prevê a possibilidade de quarterização. Ou seja, a empresa contratada pode, ainda, subcontratar uma terceira empresa para realizar o seu trabalho. Dessa forma, a responsabilidade sobre os trabalhadores dilui-se em uma cascata infinita de empresas contratantes, contratadas e subcontratadas.

Para finalizar, torna-se possível o processo de “pejotização”. As empresas poderiam transformar cada um de seus funcionários em uma empresa. Seria o fim definitivo de qualquer estabilidade empregatícia e de todos os direitos trabalhistas conquistados nas últimas décadas, transferindo para o capital todos os benefícios e deixando o risco inerente a qualquer negócio apenas nas costas dos trabalhadores.

O que foi dito:



“A classe trabalhadora tem que mobilizar, pressionar e procurar cada Senador para pedir para votar contra o PLC 30/2015, que terceiriza a atividade fim, porque ele vai acabar com o direito a um emprego decente.”
Senador Paulo Paim (PT-RS)



“O PLC 30/2015 significa não só os trabalhadores perderem direitos, mas também a sociedade inteira perder. Quando você precariza e retoma relações de trabalho quase escravas, aumenta o índice de violência, a concentração de renda, diminui a possibilidade de crescimento do país e a democracia da sociedade.”
Deputado Tadeu Veneri (PT-PR)



“Empresa tem que ganhar em cima da sua qualidade administrativa, da sua agilidade, da sua economia e não em cima do salário do trabalhador. A universalização da terceirização é uma boçalidade.”
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)



“O PLC 30/2015 é um retrocesso para os direitos trabalhistas e o Senado poderá corrigir os seus rumos, como já está fazendo ao descentralizar o debate”.
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)

fotos: Suelien Lima



“Ficou evidente a rejeição do projeto por todas as entidades participantes, sejam elas de representantes dos trabalhadores, do poder judiciário, movimentos sociais, entre outras. O que ficamos sem entender é que se todas essas entidades, que representam boa parte da sociedade, são contra esse projeto, então por que a Câmara dá voz a um projeto como esse?”
Nelson Silva de Souza, vice-presidente da Força Sindical do Paraná



“O MPT não quer indenizar por um acidente de trabalho, pela perda de um braço, pela morte no trabalho. Ele quer é preservar o ambiente do trabalho.”
Gláucio Araújo de Oliveira, procurador-geral do Ministério Público do Trabalho



“Queríamos estar aqui para discutir a melhoria aos doze milhões de terceirizados. Infelizmente, estamos aqui para discutir um projeto que quer simplesmente acabar com os direitos dos trabalhadores.”
Marcelo Adriano, secretário-geral da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT)



“Estamos mostrando as inverdades do discurso hegemônico, de que esse projeto é bom e aumentará direitos, empregos, quando a nosso ver, é consenso de que esse projeto é mau, ruim, pernicioso para toda a população brasileira.”
José Aparecido dos Santos, presidente da Amatra



“O PLC 30 não é um projeto de terceirização. É uma instituição da fraude no Brasil. É a precarização total do trabalho. O que querem é nivelar por baixo e acabar com o último reduto de proteção social que existe no país.”
Rosa Maria Campos Jorge, presidente do Sinait



“As forças conservadoras estão muito presentes no Congresso. A Câmara fez uma pauta bastante conservadora e incluiu a PL da terceirização, e que se for aprovada no Senado, desmonta todo o sistema sindical e das relações de trabalho que nós temos hoje”.
Paulo da Cunha Boal, diretor administrativo da Anamatra



“O plano de fundo desse projeto é o esvaziamento do sentido de categoria, o que será terrível! Parece existir uma luta contra a classe trabalhadora promovida pelo pior Congresso Nacional desde a redemocratização.”
Nuredin Allan, Diretor da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná (AATPR)

CARTA DO PARANÁ

Leia alguns trechos da carta que resultou da Audiência Pública em Curitiba e que foi levada ao Senado

(...) Os defensores do PL 4330 afirmam recorrentemente que o atual texto aprovado visa regulamentar e melhorar a vida dos 12,5 milhões de trabalhadores brasileiros que atualmente já são terceirizados. Ocultam, no entanto, que por meio da liberação da terceirização nas atividades-fim das empresas, aquelas que constituem a sua essência (bancários em um Banco, professores em uma escola, vendedores no comércio etc.), o que está em jogo é a situação dos 40 milhões de trabalhadores e trabalhadoras restantes, que hoje ainda têm a proteção das leis trabalhistas.

(...) Por fim, a terceirização, na prática, joga a CLT no lixo. Ataca os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. As relações de trabalho ficam precarizadas, reduzindo salários, causando doenças e prejudicando a qualidade de vida da população. Não é um ataque apenas às conquistas históricas da classe trabalhadora, é também contra toda a sociedade brasileira, que vivenciará, caso aprovado o PL 4330, uma forte redução do mercado interno, com impactos diretos sobre a geração de emprego e renda, paralisando o processo de distribuição desta e de redução das desigualdades. Desta forma, o Movimento Sindical e Social Paranaense externa seu mais absoluto repúdio ao texto aprovado, esperando que o Senado Federal seja capaz de refletir seriamente sobre o tema, barrando a aprovação deste grande ataque à classe trabalhadora e à sociedade paranaense e brasileira.

Leia a carta na íntegra no site do SMC: www.simec.com.br

METALÚRGICO É pai

A maior alegria da vida para os metalúrgicos João, Luiz, Antônio, Jean e Sidnei foi ser pai. Em agosto, há um dia só deles. A MetalRevista conversou com eles e descobriu o que aprenderam com seus pais, o que ensinam a seus filhos e a importância que tem a família constituída nas suas vidas.

A maior alegria da vida. Essa é a definição mais recorrente sobre o que significa ser pai. Nós reunimos cinco metalúrgicos para falarem sobre a sua experiência de ser pai, em homenagem ao Dia dos Pais, celebrado no dia 9 de agosto.

“Alegrias inesquecíveis foram as de quando os meus filhos nasceram”, afirma Antônio. “Ser pai chega a ser comovedor, emocionante”, é como se expressa Jean. Quando João fala sobre os filhos, afirma: “o nascimento deles foi a maior

alegria que já tive”. Sidnei é direto, qual a maior alegria que sua família lhe deu? “O nascimento das duas filhas”. Já Luiz Carlos declara “a maior alegria que a minha esposa me deu foram minhas três filhas”.

Os metalúrgicos também nos contaram que ser pai, além de uma grande emoção, também é adquirir responsabilidade, tornar-se exemplo e ser formador de valores. É dar educação e trabalhar continuamente pela união da família. Confira, a seguir, os relatos nas palavras de quem entende.



João Joel com a esposa Edilene e as filhas Nicole, Giulia, Beatriz, Amanda e o filho Arthur.

João Joel Bueno está casado há 15 anos e possui cinco filhos. São quatro meninas e um menino. A mais velha tem 15 anos, as mais novas são duas gêmeas de três anos de idade que vieram na última encomenda.

“Eu acho a família importante. É uma base, um alicerce para tudo. Eles inspiram a gente até no trabalho da gente. Até hoje moro no terreno dos meus pais e não pretendo sair de perto deles. Procuo criar minhas crianças igual, todo mundo junto um do outro”, conta o metalúrgico.

“Tudo o que eu sou hoje, aprendi com o meu pai. Sempre foi um batalhador. Com a minha esposa também aprendi muito. Eu era uma pessoa meio desligada. Depois que casei me firmei na empresa, já estou há oito anos na CNH. Antigamente vivia só pra mim. Sendo marido e pai adquiri senso de responsabilidade”, explica Joel.

“
Tudo o que eu sou hoje, aprendi com o meu pai.”

Foto: Gabriela Jahn

Jean Luiz com a esposa Jade e os filhos Jean Filipe e Antônio.



“Tudo o que eu faço é por eles.”

Jean Luiz Duarte Pinheiro é pai do Jean Filipe, de 10 anos, e do Antônio Gabriel, de 1 ano. O metalúrgico tem 35 anos, e desde os 21 constrói sua vida ao lado de Jarislene.

“Tudo o que eu faço é por eles. Trabalho na fábrica, em casa, a gente se desdobra por eles. Quando a gente resolve ter uma família, uma esposa e filhos, a gente tem que ter uma estrutura. Estrutura não é material, é estar junto. Tudo o que fazemos, fazemos juntos. Família é isso”, relata Jean.

“O que eu passo hoje pro mais velho é sempre ter honestidade, nunca se prevalecer de nada, nem de ninguém. E que a família vem em primeiro lugar. Essas bases eu aprendi com o meu pai, meu avô, e procuro passar para ele também,” conta o metalúrgico.

Foto: Suellen Lima



O pai Sidnei, a esposa Nádia e as filhas Gabrieli e Karine.

“Ser pai é a maior das alegrias”

Sidnei da Silva Leiva é metalúrgico há 21 anos. Está há 22 anos casado com sua esposa, com quem tem duas filhas, Gabrieli, de 15 anos e Karine, de 9 anos.

“A nossa educação é formada dentro da própria família. Família sem educação não cria cidadão. O ser humano, o cidadão em si, é formado dentro da família. É o que falta para esse Brasil hoje. Aprendi com os meus pais a ser honesto e responsável acima de tudo”, explica o metalúrgico.

“Ser pai é uma alegria tão grande. Só o fato de ver a criança te chamar de pai e tentar descobrir o mundo através de você e você ensinar o mundo para aquela pessoa... É uma alegria sem comparação mesmo,” relata Sidnei.

“A gente sai para passear, assistimos filmes e viajamos juntos. Pegamos o carro e viajamos 13 horas, com a família toda. Vamos até a fronteira, no Rio Grande do Sul, na casa dos meus pais e dos pais da minha esposa”, conta o trabalhador.

Foto: Suellen Lima



Luiz Carlos com as filhas Juliana, Nicole e Izabeli e a esposa Maria Catarina.

“Minha família me completa, me ajuda e me dá força. É a base”

Luiz Carlos, metalúrgico há 21 anos. Casou e virou metalúrgico em 1994. São 21 anos ao lado da mulher Maria Catarina, que lhe deu três filhas, atualmente com 21, 16 e 14 anos de idade.

“A família é a minha base para tudo. No dia a dia sempre vejo que não seria nada sem a minha família. Eu não conseguiria e não teria o porquê conseguir alguma coisa sem ela. A minha família me completa, me ajuda, me dá forças. É um núcleo de união e cooperação,” relata o trabalhador.

“Quando me tornei pai foi o momento mais sublime da minha vida, foi a coisa mais maravilhosa que Deus me deu. Eu vi o sentido da vida. Quando você é pai, pensa primeiro na vida das crianças, você vê o quanto elas são importantes na sua vida. Você ensina e aprende,” conta o metalúrgico.

“Ensinar o valor do trabalho e do caráter.”

Antônio Francisco da Silva, metalúrgico há 31 anos. Está casado há 37 anos, pai de Aline, Michael e Jonathan, e infelizmente já sentiu a maior dor que um pai pode sofrer: perdeu o filho mais velho. No entanto, sua alegria não diminui ao falar da família e dos filhos.

“O mais importante para mim é ensinar o valor do trabalho, do estudo e do caráter. Dei estudo, educação, religião. Procuro ser um bom exemplo de vida. Ensinei a serem pessoas leais e honestas,” relata o trabalhador.

“Meus filhos e eu costumamos nos reunir para jantar e orar juntos, especialmente no domingo. Domingo é dia da família! Normalmente a nossa família e as famílias dos meus irmãos se reúnem na casa dos meus pais e passamos o dia inteiro juntos”, conta, animado, o metalúrgico.



Antônio, com a esposa Ivanilde, a filha Aline e os filhos Michael e Jonathan.

Foto: Acervo pessoal



Está ruim, mas eles conseguem piorar

Deputados federais tentam batizar como “reforma política” mudanças que pioram a democracia, reduzem transparência e aumentam margem para corrupção

O caos e a crise política deveriam ensejar e pavimentar caminho para mudanças significativas, em consonância com a voz das ruas. Porém, infelizmente não é isso que está acontecendo. Pior: está acontecendo o contrário. Deputados federais estão aprovando medidas que pioram ainda mais o já falido sistema eleitoral brasileiro, consolidando o caminho para a corrupção e para uma política cada vez com menos participação de pessoas de bem. Entre os principais retrocessos estão a manutenção do dinheiro de empresas financiando

partidos políticos, o chamado mandatório, o fim na prática da fidelidade partidária e outras medidas que reduzem a democracia e aumentam a corrupção. Curiosamente, deputados federais tentam batizar essas medidas destrutivas à democracia como “reforma política”. Será que vai colar?

O Plenário da Câmara dos Deputados concluiu a aprovação das mudanças na primeira quinzena de julho. As emendas aprovadas inicialmente, antes de seguirem para o Senado, serão analisadas pelos deputados, incluindo alguns pontos mais polêmicos, como o financiamento de campanha. Confira, nessas duas páginas, o quanto elas pioram a nossa democracia e, por consequência, nossa vida no dia a dia.

“Na verdade, estamos assistindo a uma falsa reforma política”. **Marlon Reis**, Juiz Federal, fundador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE)

A Câmara Federal acaba de aprovar **medidas que legalizam a origem da corrupção** no Brasil, e ainda lhe dão mais combustível, como o dinheiro de empresas financiando partidos políticos. **O que já era ruim está piorando.** Veja as principais mudanças aprovadas.

Aumentou brecha para negociatas com fim da fidelidade partidária

O projeto aprovado pela Câmara Federal determina que, a pessoa que se desfiliou do partido no qual foi eleita perderá o mandato, exceto em casos de “grave discriminação pessoal, mudança substancial ou desvio reiterado do programa praticado pela legenda”. Ou seja, criou-se uma condição subjetiva que, na prática, dá margem para a troca de partido, abrindo espaço para negociatas nos parlamentos.

Falta de Transparência

Agora ficou ainda pior: como o dinheiro vai para os partidos e eles é que vão distribuir entre candidatos, vai ficar impossível para o eleitor saber se o seu candidato tem ou não rabo preso com determinada empresa ou grupo econômico. Ou seja, menos transparência e mais corrupção.

Dinheiro de empresas em campanha ficou liberado geral

Pelo projeto aprovado pela Câmara, empresas poderão continuar financiando campanhas políticas, por meio dos partidos. Até então era possível doar a candidatos também. A medida não combate o real problema, que é o dinheiro e o interesse privado de empresas interferindo na política, que deve se guiar pelo interesse público. A reforma “mandrake” da Câmara Federal também manteve o dinheiro público do fundo partidário e do tempo de televisão. Ou seja, os partidos poderão continuar contando com o dinheiro público para financiar suas campanhas.

Mandatário de cinco anos

A mudança prevê mandato de cinco anos para todos os cargos, inclusive senador, a partir de 2020 e a transição prevê ainda mandato de nove anos para senadores eleitos em 2018. Agora, o candidato ficará mais um ano no poder.

Mais facilidade para eleger filhos de políticos

Sabe aquele “sujeito” cujo único mérito na vida é ter nascido filho de político? Pois então. Pelo projeto da Câmara dos Deputados, agora esse camarada pode entrar antes na política, apadrinhado por seus pais e mães. Para candidatura a deputado, a idade mínima baixou de 21 para 18 anos. Para senador, baixou de 35 para 29 anos. Para governador e vice, idade reduziu de 30 anos para 29 anos. Aliás, nunca, em momento algum, setor algum da sociedade pediu esse tipo de mudança, o que sustenta a pergunta: afinal, para quem interessa esse tipo de mudança?

Foto (esq.): Fábio Rodrigues/Pozzobon/Agência Brasil
Foto (dir.): Gustavo Lima

MENOS TRANSPARENCIA MAIS CORRUPÇÃO



Juiz Marlon Reis (segundo da esquerda para a direita), acompanhado de integrantes do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, no Congresso Nacional

MCCE entrega proposta de reforma política no Congresso com mais de 700 mil assinaturas

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), do qual a Força Sindical do Paraná faz parte, fez um ato recentemente na Câmara dos Deputados para entregar aos parlamentares cerca de 700 mil assinaturas, recolhidas em favor de um projeto de reforma política que exclui o financiamento de empresas para a campanha política. As entidades, que apoiam a causa, como a Força Sindical do Paraná, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ajudaram na coleta de assinaturas. Só a Força PR coletou cerca de 35 mil assinaturas.

Segundo Marlon Reis, juiz de direito, presidente da Associação Brasileira dos Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais, além de fundador do MCCE, a proposta defende que as empresas não podem doar a campanhas eleitorais, porque quem deve escolher quem vai ser eleito são os cidadãos.

“Na verdade estamos assistindo a uma falsa reforma política”. Para o juiz, uma reforma política digna deveria partir de uma mudança do sistema eleitoral, além de uma mudança drástica em como as candidaturas são financiadas. Hoje o financiamento de campanhas é fundado em mega empresas que contratam diretamente com o poder público, por isso, segundo Marlon, não se trata de verba privada, mas de dinheiro público que é encaminhado para as campanhas. “Chega a ser estranho como a redução da idade para eleição de deputado para 18 anos é discutida e aprovada, sendo que nenhum setor da sociedade reivindicou isso. Parece até que o objetivo é facilitar a eleição de filhos dos atuais mandatários”, analisa Marlon.

“Parece até que o objetivo é facilitar a eleição de filhos dos atuais mandatários”

Marlon Reis,

Juiz de direito, presidente da Associação Brasileira dos Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais

O que podemos fazer?

- Enviar e-mails para os deputados federais do Paraná pedindo para que se posicionem contra essas medidas.
- Apoiar e participar ativamente dos movimentos que apoiam a real reforma política.
- Monitorar como deputados federais e senadores se posicionam, no site da Câmara e do Senado.
- Enviar telegramas, e-mails, telefonar e fazer uma forte pressão pelas redes sociais nos deputados e senadores, além participar de manifestações como, por exemplo, “a recepção em aeroportos”.

Veja os sites:

www2.camara.leg.br
www.senado.gov.br
www.congressonacional.leg.br

OUTRO BRASIL É POSSÍVEL



Fotos: Reprodução RPC

Cidadãos de Santo Antônio da Platina ovacionam Adriana Lemes de Oliveira, na Câmara de Vereadores da cidade

Exemplo de luta cidadã para o Brasil

Indignação de moradora mobiliza população de cidade do Paraná e vira exemplo de luta para todo o país

Ao exigir respeito ao dinheiro público, Adriana Lemes de Oliveira virou uma celebridade instantânea em Santo Antônio da Platina, no norte do Paraná, além de ficar conhecida no Brasil inteiro. Sua luta conseguiu impedir que os vereadores da cidade aprovassem um aumento de salário. Hoje, é aclamada nas ruas.

A rotina de Adriana, de 43 anos, mudou de repente, por causa de um gesto, um ato de cidadania. Dia 13 de julho, a Câmara de Santo Antônio da Platina aprovou, em primeira discussão, um projeto que previa aumento de salário para prefeito e vereadores da próxima legislatura. No dia seguinte, indignada, Adriana foi até à Câmara cobrar explicações. Mas acabou se envolvendo em uma discussão com um vereador.

A cena foi gravada com um celular. Adriana discute com o vereador José Jaime Paula Silva (PSB), conhe-

cido como Mineiro. “País está em crise. E ele falou: ‘Crise? Você está em crise? Eu não estou em crise’. Nossa, eu fiquei desorientada”, conta a empresária Adriana Lemes de Oliveira.

O vídeo de Adriana discutindo com o vereador caiu na internet e a história, na boca do povo. No dia 16 de julho, moradores lotaram a Câmara para acompanhar a segunda votação do projeto. Quando Adriana chegou, foi aplaudida de pé.

Com a Câmara cheia e Adriana na linha de frente, os vereadores não só desistiram do aumento como apre-

“O povo tem força e isso foi provado aqui. A gente não pode se acovardar, não pode. Tem que dar a cara para bater e lutar pelos nossos direitos.”

Adriana Lemes de Oliveira, comerciante que mobilizou cidade.

sentaram uma emenda para baixar os salários. Pelo projeto, o salário de vereador iria de R\$ 3.745 para R\$ 7,5 mil e o do prefeito de R\$ 14.760 para R\$ 22 mil. Agora, o próximo prefeito vai ganhar R\$ 12 mil e os vereadores, R\$ 970.

Nas galerias, o povo comemorou e os vereadores reconheceram: só voltaram atrás por causa da pressão popular. “O povo veio e fez a pressão. Eu acho que isso serve de exemplo para o país inteiro”, diz o vereador Francisco Faustino de Proença Júnior (PPS).

“O povo tem força e isso foi provado aqui. A gente não pode se acovardar, não pode. Tem que dar a cara para bater e lutar pelos nossos direitos, porque nós estamos em maioria. O povo é a maioria”, afirma Adriana.

SALÁRIOS - VEREADORES

Atual	R\$ 3.745
Projeto	R\$ 7.500
Aprovado	R\$ 970

SALÁRIO - PREFEITO

Atual	R\$ 14.760
Projeto	R\$ 22.000
Aprovado	R\$ 12.000

DÍVIDA PÚBLICA: a maior evasão de recursos públicos do País

O Brasil gasta 45% do seu orçamento pagando bancos, enquanto educação e saúde recebem menos de 4% cada. Em 2014, foram R\$ 978 bilhões destinados, em sua imensa maioria, a bancos e outras instituições financeiras. **O dinheiro do povo é usado para sustentar o lucro bilionário de banqueiros “desconhecidos”.** Um intrincado sistema repleto de ilegalidades e omissões do Governo Federal mantém a dívida pública longe do debate político, permitindo que ela aumente cada vez mais e fazendo do Brasil o país mais lucrativo do mundo, mas não para seus cidadãos.

“O Brasil é o país que mais gasta com juros. Tanto os juros incidentes sobre os títulos da chamada “dívida pública”, como os juros pagos pela sociedade em geral nas operações de crédito (empréstimos, cheque especial, cartão de crédito, etc.) são disparadamente os mais elevados do mundo!” **Maria Lucia Fattorelli**

Você acharia normal gastar metade do orçamento da sua casa com dívidas bancárias e continuar a aumentá-las, enquanto seus filhos sofrem com a péssima educação e sua esposa corre risco de vida, com sérios problemas de saúde, porque você não tem dinheiro para pagar seu tratamento, nem a mensalidade de uma boa escola? Pois é. É isso o que o Governo Federal faz há décadas, só que em proporções bilionárias. Em 2014, segundo os dados divulgados pelo Senado, 45,11% do orçamento executado foi destinado a juros e amortizações da dívida pública. São R\$ 978 bilhões que, em sua quase totalidade, têm como destino certo, mas não declarado, bancos e grandes corporações financeiras. O valor é 12 vezes superior ao que foi destinado à educação e 11 vezes aos gastos com a saúde no mesmo período. Como se o absurdo não bastasse, o Governo Federal refinancia e aumenta a dívida para pagar juros da própria dívida, o que apenas aumenta seus gastos sem nenhuma redução do montante devido ou contrapartida para a sociedade pelo endividamento realizado, o que é ilegal e inconstitucional. Para arrematar, o Banco Central, que supõe-se, é comandado pelo Governo Federal, mantém os juros mais altos do mundo fazendo com que a dívida aumente ainda mais.

“O custo da nossa dívida é alto. Nós temos que renová-la constantemente e com juros altos.”
Cid Cordeiro,
economista

O sistema que perpetua a maior evasão de recursos públicos para mãos do capital privado tem sido investigado por diferentes especialistas, mas surpreendentemente não entra na pauta de políticos, candidatos ou da grande imprensa.

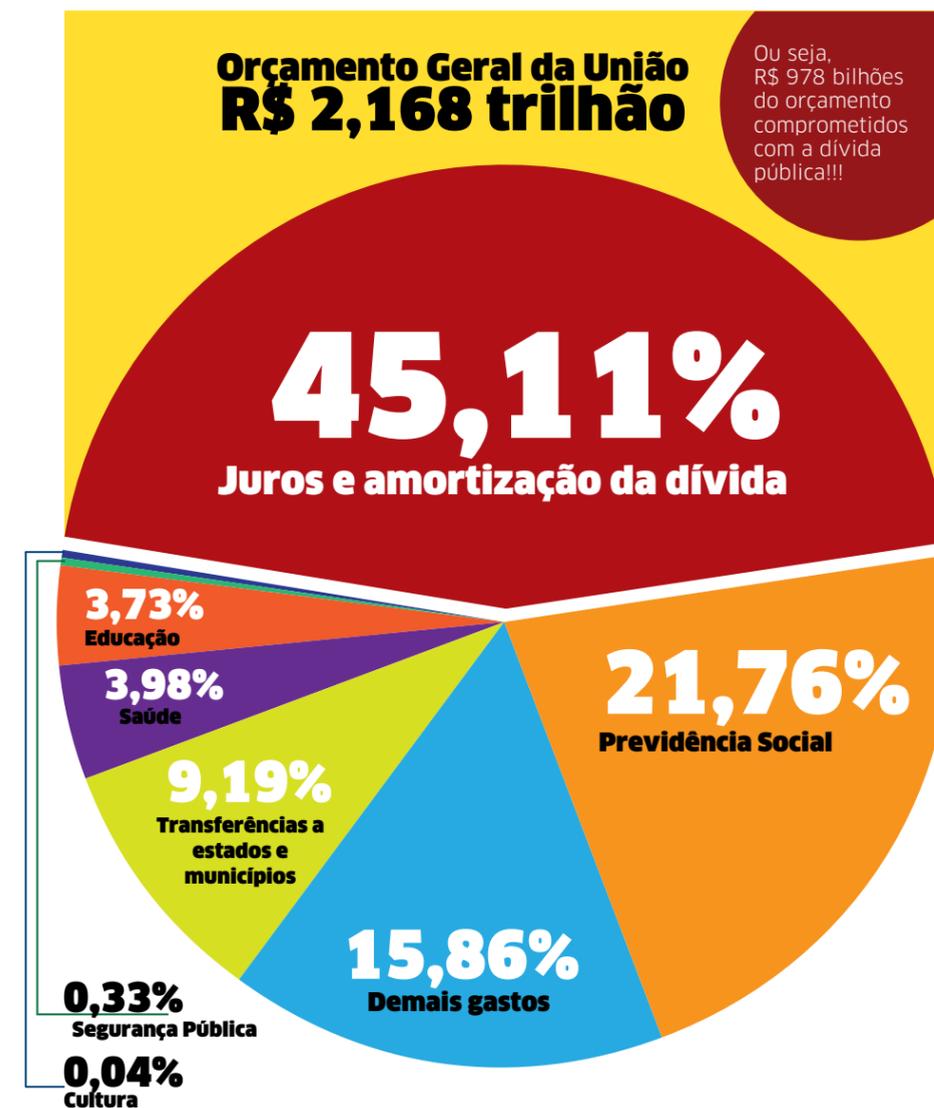
Do total gasto com a dívida em 2014, R\$ 808 bilhões dizem respeito ao pagamento da parte principal da dívida, indicada pelo Governo como “Amortizações da Dívida”. Os demais R\$ 170 bilhões são declarados como “Juros e Encargos da Dívida” – o exorbitante lucro do capital, sem contrapartida direta alguma para a sociedade. Contudo, a Auditora Fiscal aposentada da Receita Federal do Brasil e coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, afirma que esses números vêm sendo maquiados pelo Governo Federal. “As estatísticas governamentais não evidenciam o valor que efetivamente está sendo pago a título de juros nominais aos detentores dos títulos”, explica. Segundo a auditora, a dívida tem sido construída de forma ilegal e ilegítima. “O Governo Federal faz uma jogada, onde contabiliza juros como pagamento (amortização) da dívida. Para quê? Para justificar a emissão de novos títulos (nova dívida) para pagar juros, o que é inconstitucional”, explica.

O assessor do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba, Cid Cordeiro, aponta que o principal problema da dívida atual brasileira está no fato de ela ser de curto prazo. Segundo

ele, o perfil de vencimento da dívida é de aproximadamente um ano e meio. “O custo da nossa dívida é alto. Nós temos que renová-la constantemente e com juros altos”, comenta o economista.

Aberração

De acordo aos estudos realizados pela Auditoria Cidadã da Dívida, a forma como a dívida brasileira está sendo corrigida é uma aberração, que foge à forma como se aplicam as correções no resto do mundo. “É uma remuneração extorsiva, totalmente ilegal. A dívida vem sendo corrigida por um dispositivo da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), e não há previsão legal para isso. Assim, a dívida é corrigida de forma cumulativa: Juros, sobre juros, sobre juros... Em vez de considerar os juros como parte da remuneração do capital. Só com a correção dessa ilegalidade a gente detona a maior parte da dívida”, afirma Fattorelli.



O que é a dívida pública?

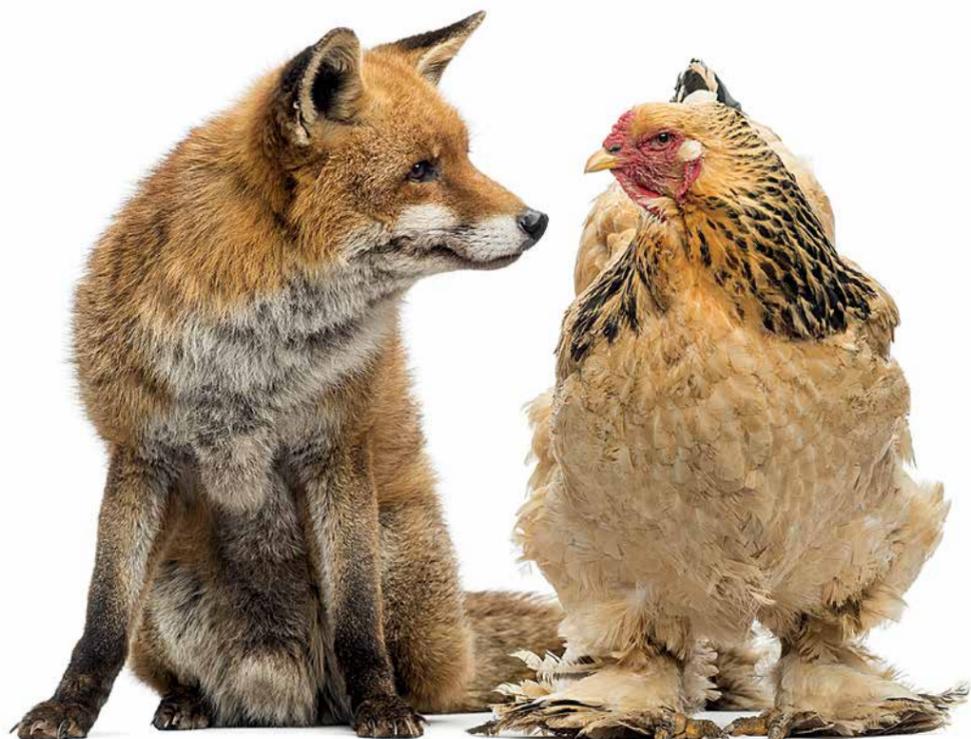
A dívida pública é composta dos compromissos a pagar que o Estado brasileiro possui, como fornecedores, tributos e empréstimos. A dívida divide-se em interna (quando paga em reais) e em externa (quando paga em moeda estrangeira, geralmente dólares norte-americanos).

Para quê ela serve?

Assim como na nossa vida privada, quando o Estado não possui recursos suficientes para realizar determinada obra, como a construção de estradas, escolas ou hospitais, recorre a empréstimos bancários que lhe possibilitem realizar o investimento a curto prazo, para pagá-lo em prestações mensais.

Qual é o tamanho da dívida brasileira?

A dívida interna do Brasil, até 2014, era de R\$ 3 trilhões e 301 bilhões. A dívida externa, também até 2014, era de US\$ 554 bilhões e 708 milhões. Com a cotação do dólar a R\$ 3, as duas dívidas somadas correspondem a aproximadamente 90% do PIB brasileiro.



Os juros abusivos cobrados do cidadão brasileiro, e que segundo a doutora Maria Lucia Fattorelli, correspondem aos mais altos do mundo, também são cobrados do Estado brasileiro. No entanto, há uma diferença gritante. Os cidadãos não escolhem seus próprios juros, mas o governo sim.

O Governo Federal é o principal responsável do aumento da própria dívida. Funciona assim: quem define o valor dos juros é a taxa Selic, controlada pelo Banco Central. O Banco Central é uma autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional, sendo vinculado ao Ministério da Fazenda do Brasil (que faz parte do governo). Ou seja, quem tem o poder para definir a taxa de juros no Brasil é o Governo Federal.

Segundo Fattorelli, o que acontece, na prática, é que periodicamente o Banco Central se reúne com doze instituições financeiras, detentoras de quase a totalidade dos títulos da dívida pública. Essas instituições “sugerem” ao Governo Federal em que patamar os juros devem se manter. Ora... elas são as que mais lucram com os juros altos e os cidadãos são os principais prejudicados! É a raposa cuidando do galinheiro. O conflito de interesses é evidente.

A justificativa é o combate à inflação, como uma das medidas do chamado “tripé macroeconômico”. Os estudos realizados por Fattorelli demonstram que a inflação gerada no Brasil decorre diretamente do

o Governo deve mais de R\$ 3 trilhões e não sabe para quem! Em poucos anos estará jogando R\$ 1 trilhão por ano pelo ralo, sem saber quem é o dono do ralo.

Nesse assunto, quem cuida do galinheiro é a raposa

aumento de preços dos alimentos e de itens de estrutura básica (como energia elétrica, combustível, etc.). Já para o doutor em Ciência Econômica, Eduardo Fagnani, tal justificativa não passa de desculpa para manter os juros elevados, mantendo os lucros do capital altos, e em nada colabora com a contenção da inflação.

Em 2010, durante a CPI da dívida, a Câmara de Deputados solicitou ao Banco Central e ao Governo Federal que revelassem quem são os detentores da dívida pública. O Banco Central afirmou que tais dados estavam sob “sigilo bancário”, enquanto o Governo Federal afirmou que não sabia. Ou seja, o Governo deve mais de R\$ 5 trilhões e não sabe para quem! Em poucos anos estará jogando R\$ 1 trilhão por ano pelo ralo, sem saber quem é o dono do ralo.

Bancos perpetuam dívida financiando candidatos



Financiamento Eleitoral 2014

Banco	Total de doações	Para quem doou
Itaú Unibanco	R\$ 26 milhões e 580 mil	21 partidos
Banco BMG	R\$ 5 milhões e 595 mil	20 partidos
Bradesco	R\$ 29 milhões e 18 mil	13 partidos
Banco BTG Pactual	R\$ 12 milhões e 250 mil	7 partidos

Dados do TSE.

Qual é o problema com a dívida do Brasil?

O problema, no caso do Brasil, é que dívidas têm sido feitas apenas para pagar juros de dívidas anteriores. Essas medidas são vedadas pelo artigo 165 da Constituição Federal. Além disso, a dívida brasileira possui os juros mais altos do mundo, o que faz com que ela aumente muito todos os anos.

A dívida pública é boa ou ruim?

É natural as nações se endividarem, a fim de que esses recursos atuem como investimentos no país e propiciem o aumento da qualidade social e da evolução econômica da região. A dívida é má e ilegal quando utilizada para cobrir despesas correntes, que deveriam estar sendo cobertas pelas próprias receitas do Estado, principalmente, os impostos.



Como a dívida pública e os juros afetam a vida dos trabalhadores?

Quando o Governo Federal gasta grande parte do seu orçamento com sua própria dívida, sobra muito pouco para os investimentos em setores chave do país, como os de saúde, educação e segurança. Esse fator colabora para que os impostos pagos por cada trabalhador não lhe retornem em benefícios sociais, que constituem a obrigação do estado conceder, mas sejam desviados para megacorporações financeiras.

Quando os juros estão elevados, o empregado tem que trabalhar mais para pagar os seus empréstimos pessoais. Fica mais difícil comprar um carro, reformar a casa ou adquirir qualquer empréstimo para realização de grandes investimentos pessoais.

O Brasil dá prejuízo?

O Brasil sempre tem superávit primário. Isso significa que ele sempre recebe de impostos e outras receitas mais do que gasta com as suas despesas correntes. Ou seja, se ele fosse uma empresa, daria lucro. O Brasil tem déficit (prejuízo) quando se adicionam os custos da dívida pública. Para cobrir esse prejuízo, o Governo Federal faz novos refinanciamentos da dívida.

A maior frente de combate contra o chamado “Sistema da Dívida” tem sido liderada pela Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil, Maria Lucia Fattorelli. Segundo a doutora, a auditoria cidadã da dívida é a saída para não permitir mais que centenas de bilhões dos cofres públicos sejam destinados, de forma ilegítima, anualmente a bancos e entidades privadas. No entanto, ela só irá acontecer quando a sociedade entender como a dívida pública é gerada e se mantém. Para isso, é necessário que trabalhadores se tornem cidadãos engajados e plenos de conhecimento.

Fattorelli explica que auditoria é investigação baseada em documentos e dados. “Uma auditoria vai procurar os contratos, os registros contábeis, os registros estatísticos. Não é uma mera opinião. É resultado de uma análise documental, de dados oficiais”, aponta a doutora.

Trata-se de revisar as origens de cada dívida contraída pelo Governo Federal, analisar os seus destinatários e negociar essas dívidas com as instituições financeiras, a fim de que sejam reduzidas, restando apenas as que são legítimas e seguem as determinações da Constituição Federal.

“Nosso dinheiro, em vez de retornar em bens e serviços de qualidade, vai embora com a dívida.”

A saída: Auditoria Cidadã da Dívida Pública

Ex-Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil, Maria Lucia Fattorelli, desmantela o “Sistema da Dívida” e mostra o caminho para acabar com o lucro bilionário e ilegal dos bancos às custas do povo brasileiro

O que a dívida pública do Brasil representa para o país atualmente?

A gente não está tendo o nosso retorno em saúde, educação, assistência, segurança. O trabalhador paga muito imposto, não só no salário, tem imposto embutido em absolutamente tudo que a gente consome. O dinheiro em vez de retornar em bens e serviços de qualidade, vai embora com a dívida.

Qual é o objetivo do setor financeiro em manter a dívida pública no Brasil?

A dívida está justificando a contínua privatização do nosso patrimônio, de toda a estrutura do estado. Eles querem se apoderar das nossas terras e nossos recursos minerais.

Como o governo justifica que quase metade do orçamento do país seja para pagar a dívida?

Está sendo feita uma jogada. O governo contabiliza juros da dí-

“Precisamos de cidadãos engajados, formados, instruídos, que compreendam o mundo em que estão inseridos e o ‘papal’ que o setor financeiro assumiu mundialmente.”

vida como se fosse amortização (pagamento da dívida em si).

Quem são os detentores da dívida pública brasileira?

O governo não divulga. Isso é um absurdo. Se nós pagamos, é evidente que o governo sabe quem são os credores. Se não, para quem que o governo está pagando os juros, me conta?

Por que a dívida brasileira cresce tanto se a gente paga todo ano quase 1 trilhão de reais para ela?

A dívida brasileira está sendo corrigida mensalmente de forma cumulativa. É uma remuneração extorsiva. Totalmente ilegal.

Só no Brasil é assim? Não tem algo de errado com isso?

É uma aberração. São juros, sobre juros, sobre juros, a cada

mês. No mundo inteiro se considera a atualização monetária como remuneração do capital, mas não no Brasil.

Então a maior parte da dívida brasileira é ilegítima?

Sim. Só com a correção dessa ilegalidade a gente já detona a maior parte da dívida.

Concretamente, para o que está sendo usada a dívida que constantemente adquirimos?

Nós estamos adquirindo dívida para cobrir uma série de operações que não têm nada a ver com a dívida e ainda por cima emitimos nova dívida para

“A dívida está justificando a contínua privatização do nosso patrimônio.”

Foto: Moreira Mariz/Agência Senado



pagar juros, o que é flagrantemente inconstitucional.

Isso é feito de forma deliberada ou é um erro contábil?

É uma maquiagem. É um privilégio do sistema da dívida. Isso já vem como orientação nos manuais do FMI.

Não há órgãos para auditar o Banco Central e o sistema financeiro?

Os órgãos que deveriam fiscalizar e auditar a dívida pública, como TCU, CGU, Congresso Nacional, Ministério Público, eles trabalham em todos os outros temas, exceto a dívida.

Atualmente, quais são os juros da dívida brasileira?

Aproximadamente 13% ao ano. A nossa é a dívida mais penosa, mais onerosa, mais pesada do mundo inteiro.

Como o Brasil faz para conseguir pagar tanta dívida, que aumenta constantemente?

Produzindo superávit primário, cortando gastos, dando todo o lucro das estatais para o pagamento da dívida. Privatizando e entregando o dinheiro das privatizações para pagar a dívida. Entregando, entregando, entregando patrimônio.

Hoje o sistema financeiro está a serviço do quê?

O sistema financeiro é o fim em si mesmo. Ele é o privilegiado, a meta. A remuneração para o sistema financeiro, através de juros, é a principal despesa do país.



Foto: Moreira Mariz/Agência Senado

“Os R\$ 147 bilhões de prejuízo do Banco Central em 2009 ninguém ouviu falar, mas o mensalão, de R\$ 140 milhões, ficou dez anos na mídia.”

Como o governo lida com o sacrifício nas outras áreas que ele tem que atender, em função dessa grande despesa que é a dívida?

Todo o sacrifício social fica justificado para atender o setor financeiro. Então o governo corta salário de professores, investimentos em educação, saúde, segurança e em todas as áreas que interessam às pessoas, para sobrar dinheiro para os juros.

Como a política brasileira favorece o capital financeiro e o sistema da dívida?

Primeiro pelo financiamento privado de campanha, pois se precisa de muito dinheiro para se chegar ao poder. Depois com a infiltração do sistema

“Falta coragem, falta preparo, falta conhecer realmente o problema e ter segurança para dizer o que deve ser feito. E, principalmente, falta independência”.

financeiro em postos chave.

Se cabe aos políticos eleitos pelo povo colocar pessoas que defendam o Brasil nesses cargos, o que justifica que isso não aconteça depois de tantas décadas?

As pessoas já chegam lá comprometidas. Falta coragem, falta preparo, falta conhecer realmente o problema e ter segurança para dizer o que deve ser feito. E, principalmente, falta independência.

Você pode citar exemplos desses postos sendo ocupados pelo sistema financeiro?

O Joaquim Levy, Ministro da Fazenda, veio do FMI, indicado pelo presidente do Bradesco. Quem ficou no Banco Central os oito anos do Lula? Henrique Meirelles, banqueiro, que foi presidente do Banco de Boston. Antes dele, Armínio Fraga. Agora esse aí, o Tombini, que tem a linha do Meirelles.

Que alternativas temos para alcançar a justiça social sem enfrentar o sistema financeiro?

Ou se enfrenta o sistema da dívida ou não há saída. Se não, vamos continuar insistindo no aprofundamento das injustiças sociais, ao mesmo tempo em que a concentração de renda continua, cada vez mais brutal, e as privatizações não param.

O que a manutenção desse sistema acarreta para os metalúrgicos?

Estamos passando por um processo de desindustrialização gravíssimo. O desemprego está crescendo. Qual é a perspectiva das pessoas que estão desempregadas recuperarem seus postos de trabalho nesse modelo? Não há saída.

O Brasil tem capacidade para enfrentar o sistema financeiro?

Seria melhor que enfrentasse de forma articulada com outros países. Esse sistema da dívida é um sistema mundial.

O Brasil tem as condições necessárias para fazer uma auditoria na dívida pública?

O Brasil tem tudo pra fazer a auditoria e, se o Brasil fizer, outros países o seguirão.

Então a estratégia para acabar com o sistema da dívida é pela mobilização popular?

É lógico. Porque não se fala nisso! Os 147 bilhões de prejuízo do Banco Central em 2009 ninguém ouviu falar, mas o mensalão, que foram 140 milhões, ficou 10 anos na mídia.

Qual é o propósito da Auditoria Cidadã da Dívida exatamente?

O propósito do nosso movimento é po-

“A dívida brasileira está sendo corrigida mensalmente de forma cumulativa. É uma remuneração extorsiva. Totalmente ilegal.”

pularizar esse debate, desmistificar de que só especialistas podem entender desse tema. O que é mentira. E escancarar isso. Para que no futuro as medidas sejam tomadas na direção correta.

O que precisamos para acabar com o sistema da dívida?

Estamos precisando de cidadãos engajados, formados, instruídos, que compreendam o mundo em que estão inseridos, que compreendam que papel é esse que o setor financeiro assumiu mundialmente.

Acabar ou reduzir o poder do setor financeiro é uma proposta revolucionária?

Queremos uma revolução através do conhecimento. Infelizmente, se não for essa revolução através do conhecimento, virá outra revolução, provavelmente através de violência.

Qual é a importância do conhecimento na mudança das relações de poder?

As pessoas quando recebem conhecimento se empoderam. Ficam mais fortes. Mais conscientes. Deixam de ser massa de manobra. E essa é a saída.

Qualquer trabalhador pode colaborar?

Sim! O mais importante é que as pessoas se sintam úteis, nós precisamos de cada um. A mudança vai depender de cada um. Nós não podemos dispensar ninguém. Todos são necessários.

IDEOLOGIA DE GÊNERO



O que é isso que querem ensinar aos nossos filhos e filhas?

Debate vem crescendo desde ano passado, quando MEC incluiu questões de gênero no Plano Nacional de Educação.

A inclusão foi barrada no Congresso Nacional. Em 2015, porém, MEC insistiu na ideia e incluiu o tema nos Planos Municipais, gerando revolta nas famílias e apoio entre LGTBs

Em junho deste ano, um novo termo ganhou espaço nas cidades do Brasil todo... É a “Ideologia de Gênero”, que foi inserida pelo Ministério da Educação (MEC) nos Planos Municipais de Educação para votação em Câmaras de todos os 5.570 municípios do País. Se por um lado a iniciativa do MEC agradou ativistas gays, lésbicas, bissexuais e travestis (LGBTs), por outro, gerou forte reação contrária

de ativistas ligados à defesa da família. Em Curitiba, segundo levantamento da MetalRevista, alguns vereadores chegaram a receber mais de 800 e-mails, de pais e mães de família, pedindo a recusa da proposta do MEC pela Câmara Municipal. Pensando em você, que tem filhos e filhas, e que se preocupa com a educação deles, elaboramos essa matéria. Você sabe o que é Ideologia de Gênero?

Em resumo, Ideologia de Gênero é uma teoria que afirma que “na verdade, ninguém nasce homem ou mulher e que a identidade (gênero) deveria ser construída ao longo da vida”. Os defensores dessa ideologia entendem que “hoje os meninos e meninas são forçados a acreditar que são meninos e meninas, mas na verdade eles

não nascem nem uma coisa, nem outra, e deveriam definir ‘o que são’ por conta própria, sem ‘imposições’ da sociedade”. Os contrários a essa Ideologia entendem que ela é um pensamento agressivo que serve para transformar as crianças em homossexuais. Eles também apontam que a Ideologia de Gênero leva a uma erotização precoce das crianças, pois elas são estimuladas a “terem experiências desde cedo para descobrir ‘qual é seu gênero’”: caminho abeto para a pedofilia...

Para a Ideologia de Gênero, não existe apenas a mulher e o homem, mas também “outros muitos gêneros”. Afirma, ainda, que as pessoas deveriam escolher e modificar livremente o seu gênero. Ou seja, que ao contrário do que costumamos pensar, “as pessoas não nascem homens ou mulheres, mas elas próprias são levadas a escolher se são homens, mulheres, ou um dos mais diversos gêneros que podem ser criados”.

O Ministério da Educação já havia sido derrotado nesse assunto no ano passado, quando o Congresso Nacional barrou os termos de gênero do Plano Nacional de Educação, documento que aponta as diretrizes da educação no Brasil. Ainda assim, o MEC ignorou a posição dos deputados federais e incluiu os termos da Ideologia de Gênero nos Planos Municipais de Educação, enviando-os para votação a todas as prefeituras brasileiras. Até o final de julho, 3.676 cidades já haviam sancionado o projeto, 549 aguardavam sanção do prefeito e em 1.345 o tema ainda não havia sido apreciado pela Câmara Municipal. Em centenas de cidades, como Curitiba, São Paulo e Porto Alegre, a comunidade se revoltou, foi para as ruas e os vereadores retiraram do Plano os termos que faziam menção à ideologia de gênero.

“As diferenças genitais entre os seres humanos já não importariam culturalmente”

Shulamith Firestone, escritora feminista, no livro *The Dialectic of Sex*.

Em Curitiba

O documento do Plano Municipal de Educação (PME) da cidade de Curitiba não terá as expressões “diversidade” e “gênero”. A decisão foi tomada pelos vereadores do município, em 22 de junho. As expressões “diversidade” e “gênero” apareciam diversas vezes ao longo do Plano Municipal de Educação, mas os vereadores entenderam que isso rompia a simetria com o Plano Nacional de Educação (PNE), na forma como ele foi aprovado pelo Congresso Nacional. “Em Brasília foi aprovado um PNE sem questões de identidade de gênero. E aqui em Curitiba aparece um plano fora desses padrões. Será que acham que a gente é burro?”, queixou-se o vereador Valdemir Soares (PRB). A vereadora Noemia Rocha (PMDB) argumentou no mesmo sentido: pediu que fosse mantida a “consonância entre os planos municipal e nacional”, para evitar posterior contestação judicial. “Eu eduquei minhas filhas com base nos valores eternos, com base na minha fé, e acho um absurdo a escola dizer que isso está errado”, completou.

A vereadora Julieta Reis foi além: “Somos contra violência, contra discriminação, contra preconceito. Queremos que o PME respeite o direito da família nas questões morais”, reforçou Julieta Reis (DEM), cujo principal argumento a favor das alterações também foi a falta de simetria com o Plano Nacional.

O vereador Tico Kuzma (PROS) relacionou as diversas entidades que encaminharam pedidos aos vereadores, pró e contra as alterações, manifestando que acompanharia o pedido da Arquidiocese de Curitiba pela retirada das expressões “diversidade” e “gênero”.

Já a parlamentar Carla Pimentel (PSC) defendeu que a alteração no Plano Municipal de Educação “é um 'não'”

“O que defendemos não é ideologia. Trata-se apenas de uma visão de sociedade mais livre”

Eliane Maio, doutora em Educação Escolar e pesquisadora de gênero, da UEM

à ideologia controversa de gênero". "O que eu quero denunciar é essa política de inclusão travestida de exclusão. Não podemos cair em termos subjetivos, que não foram esgotados juridicamente", defendeu a vereadora, que atribuiu à inclusão do debate sobre diversidade no PME uma "estratégia de divisão da sociedade".

No Brasil

O Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado no ano passado (Lei 13.005, de 25 de junho de 2014), prevê metas da educação básica até a pós-graduação para serem atingidas nos próximos dez anos. A lei estipula que os estados e os municípios elaborem os próprios planos para que as metas sejam monitoradas e cumpridas localmente. O PNE previa, originalmente, acrescentar nas escolas o ensino da Ideologia de Gênero.

Durante a votação na Câmara Federal, a maioria dos deputados votou por retirar do texto o trecho que inclui entre as diretrizes do ensino a superação das desigualdades educacionais, "com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual". Com isso, foi mantida a redação do Senado, que determina a "promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação".

"Esse trecho vai fazer com que essa ideologia de gênero dê direito aos burocratas do Ministério da Educação de invadir as escolas com cartilhas gays, bissexuais, transsexuais e outros, e tudo isso com amparo legal, rotulado como promoção da igualdade de gênero", disse o

deputado Antonio Bulhões (PRB-SP), que votou contra o trecho.

"Isso aqui é um estado laico. Qualquer preconceito deve ser crime, como o preconceito racial. Qualquer luta que podemos fazer contra o machismo, é luta para garantir liberdade e direitos. Acharia um gravíssimo erro de ser contra a liberdade e ser a favor do preconceito, porque é disso que se trata, ao não discriminar", rebateu o deputado Ivan Valente (PSOL-SP), que votou a favor da promoção da igualdade de gênero e orientação sexual.

O que é a Ideologia de Gênero?

- A Ideologia de Gênero defende que as pessoas não se diferem pelo sexo, como homem e mulher, e que a divisão que vivemos hoje é apenas uma construção socialmente imposta ao ser humano, através da família, da educação e da sociedade.
- A ideologia defende a ideia de que existem "outros gêneros" e não apenas a mulher e o homem, afirmando que a escolha do gênero deveria ser livre e facilmente modificada pela própria pessoa. Ou seja, que ao contrário do que costumamos pensar, as pessoas não nascem homens ou mulheres, isso é o resultado da influência da sociedade que condiciona as pessoas a escolherem ser identificadas como homens, como mulheres, ou como qualquer outro gênero que pode ser criado pelo indivíduo e pela sociedade.
- Essa Ideologia prega que deveria ser normal passar de um gênero a outro, dando liberdade do conceito antiquado de sexo e que o ser humano deveria ser educado para, facilmente, identificar seu próprio gênero.

"O que querem promover não pretende valorizar a mulher, mas sim discriminar a família"

Felipe Nery, pedagogo e presidente do Observatório Interamericano de Biopolítica.

"Somos contra violência, contra discriminação, contra preconceito. Queremos que o PME respeite o direito da família nas questões morais"

Vereadora Julieta Reis (DEM-PR)

O que a Ideologia de Gênero quer mudar

• **Masculinidade e Feminilidade:** a Ideologia de Gênero defende que o homem e a mulher adultos são "construções sociais", e que, na realidade, o ser humano nasce sexualmente neutro e que logo é socializado em homem ou mulher. Por isso, os defensores propõem "descontaminar" a educação e os meios de comunicação de todo este estereótipo e de toda imagem específica de gênero, para que as crianças possam crescer sem que sejam expostas a trabalhos "sexo-específicos".

• **Relações Familiares:** pai, mãe, marido e mulher... a ideologia não apenas pretende que se substituam estes termos "gênero-específicos" por palavras "gênero-neutras", como também aspira a que não haja diferenças de conduta nem responsabilidade entre o homem e a mulher na família.

• **Ocupações ou Profissões:** o terceiro tipo de "papéis socialmente construídos" abrange as profissões que uma sociedade atribui a um ou outro sexo. A ideologia quer desfigurar a noção que a sociedade tem de "função de homem" e "função de mulher", defendendo que qualquer pessoa é capaz de assumir qualquer trabalho.

Países que adotaram a Ideologia de Gênero

A teoria, inicialmente bem intencionada, passou a ser vista com maus olhos por muitas pessoas. Afinal, os defensores da ideologia passaram a sustentar e aplicar teorias tão exageradas que tal crítica se tornou inevitável.

Os países em que os estudos sobre a Ideologia de Gênero ganharam proporções mais extremistas foram os escandinavos. Encarados pela sociedade capitalista como

IDEOLOGIA DE GÊNERO QUEM É A FAVOR E QUEM É CONTRA



A FAVOR:
Grupos de gays, lésbicas, bissexuais e transexuais (LGBTs)

CONTRA:
Defensores da Família

A disputa liderada por grupos LGBTs e defensores da família se estendeu por Câmaras Municipais de todo o Brasil.

modelos de "países perfeitos", onde todas as diferenças sociais foram superadas, Noruega, Suécia, Islândia e Dinamarca já tiveram casos notáveis em que a teoria de gênero tomou proporções alarmantes.

A pré-escola tornou-se o mais recente campo de batalha da Suécia para a igualdade de gênero. Alguns chamaram de "loucura de gênero", mas a pré-escola Egalia, em Estocolmo, diz que seu objetivo é "libertar as crianças de expectativas sociais com base em seu sexo".

Os professores evitam o uso de pronomes "ele" e "ela" ao se referirem às crianças. Em vez disso, os professores se referem aos alunos como "amigos" ou por seus primeiros nomes. Usam uma forma de chamar que não é nem "ele", nem "ela", mas uma mistura dessas duas palavras, criada pelo movimento gay no país. Além disso, os livros foram cuidadosamente selecionados para evitar apresentações tradicionais de papéis de gênero e parentalidade. A maioria dos brinquedos e jogos que se encontra em qualquer berçário estão lá - bonecas, carrinhos, e assim por diante - mas eles são colocados deliberadamente para incentivar a criança a brincar com o que quer.

Segundo a Ideologia de Gênero, "ninguém nasce homem ou mulher" e a identidade (gênero) deveria ser construída ao longo da vida. Isso é o que querem ensinar para crianças em escolas.

RESUMO DE LUTAS

Metalúrgicos EM AÇÃO



Metalúrgicos debatem PPE em reunião da Federação e Força

Trabalhadores metalúrgicos ligados à Federação dos Metalúrgicos do Paraná (Fetim) e à Força Sindical Paraná se reuniram no começo de julho, em Maringá/PR, para debater o Programa de Proteção do Emprego (PPE). O PPE consta na Medida Provisória 680/15, recém lançada pela presidente Dilma Rousseff, e permite a redução salarial (até 15%) e de jornada (até 30%). Durante o encontro, as lideranças sindicais também discutiram a reorganização da Força Sindical na região norte do Paraná. A reunião contou com a participação do secretário-geral da Força Sindical Nacional, João Carlos Gonçalves, o Juruna.



Confraternização, amizade e diversão marcam 20ª Metalfest

Milhares de metalúrgicos, metalúrgicas e familiares prestigiaram a 20ª Metalfest, no MetalClube de Campo, em São José dos Pinhais. O tradicional evento teve shows musicais, festival cultural, teatro de bonecos, mágica, brincadeiras para crianças, sorteio de prêmios e muitas outras diversões. Nesse ano, o almoço foi a base de costela de fogo de chão e tainha recheada.



Seminário discute participação dos trabalhadores na definição dos orçamentos das cidades

Lideranças sindicais metalúrgicas participaram, em junho, do Seminário Planejamento de Diretrizes Orçamentárias e Ação Sindical. Realizado em Londrina-PR, ele teve objetivo de debater a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) dos municípios. "A ideia é que cada vez mais nós, trabalhadores, possamos atuar na discussão dos orçamentos nos municípios, influenciando nas políticas públicas, resume o presidente do SMC, Sérgio Butka.

SMC realiza primeira eleição eletrônica do movimento sindical brasileiro

Os metalúrgicos da Grande Curitiba participaram, de 13 a 15 de julho, da primeira eleição com votação eletrônica realizada na história do movimento sindical brasileiro. A iniciativa pioneira do SMC foi mais um passo no sentido de modernizar e agilizar os processos no Sindicato. Foram 10.014 votantes. A Chapa Força da Luta foi eleita com 95% dos votos.



Metalúrgicos representam trabalhadores em conferências da Saúde em Curitiba, Pinhais e São José dos Pinhais

Trabalhadores metalúrgicos que integram a diretoria do SMC participaram recentemente das etapas municipais da 15ª Conferência Nacional de Saúde em Curitiba, São José dos Pinhais e também Pinhais. Esses eventos são importantes, porque elegem os conselhos locais de saúde, responsáveis por influir, deliberar e aprovar as diretrizes de saúde nos municípios, além de elaborar propostas para as conferências Estadual e Nacional de Saúde, que ocorrerão em dezembro. Uma das principais bandeiras defendidas pelos nossos representantes é a melhor capacitação do sistema de saúde para atender doenças ocupacionais. Hoje, os profissionais da rede básica não dispõem desse tipo de treinamento.



Fotos: MKT SMC

Definidas as estratégias de luta para próximos meses, com foco na crise

Metalúrgicos que integram a Diretoria do Sindicato se reuniram no final de julho para discutir estratégias de luta para os próximos meses e anos. No contexto de crise, os principais desafios são manter os empregos, a renda, os direitos dos trabalhadores e, principalmente, evitar o ataque às conquistas que obtivemos nos últimos anos. "Além de representar diretamente quase 100 mil trabalhadores, nosso Sindicato carrega a responsabilidade de ser uma referência para trabalhadores de todo o Brasil", afirmou o presidente do SMC, Sérgio Butka.

() Inclusão de Dependente - () Exclusão de Dependente - () Inclusão de Convênio - () Autorização de Serviços

DEPENDENTES (PAI E MÃE) OU (ESPOSA E FILHOS)

Dependente 1:

Pai Mãe Conjuge Filho

Nome Completo: _____ Grau de Parentesco: _____ Dt. Nascimento (Ex. 251270) _____

Celular: _____ E-mail: _____ CPF: _____

Dependente 2:

Pai Mãe Conjuge Filho

Nome Completo: _____ Grau de Parentesco: _____ Dt. Nascimento (Ex. 251270) _____

Celular: _____ E-mail: _____ CPF: _____

Dependente 3:

Pai Mãe Conjuge Filho

Nome Completo: _____ Grau de Parentesco: _____ Dt. Nascimento (Ex. 251270) _____

Celular: _____ E-mail: _____ CPF: _____

Dependente 4:

Pai Mãe Conjuge Filho

Nome Completo: _____ Grau de Parentesco: _____ Dt. Nascimento (Ex. 251270) _____

Celular: _____ E-mail: _____ CPF: _____

Dependente 5:

Pai Mãe Conjuge Filho

Nome Completo: _____ Grau de Parentesco: _____ Dt. Nascimento (Ex. 251270) _____

Celular: _____ E-mail: _____ CPF: _____

Quero aderir ao MetalSaúde - Sistema Pré-Pago

- Nº 1 - Médico e Odontológico Familiar
- Nº 2 - Odontológico Familiar
- Nº 3 - Médico e Odontológico Individual
- Nº 4 - Odontológico Individual

Quantidade de dependentes extras (maiores de 18 anos) a incluir neste serviço: _____
*Consultar Regulamento nas Secretarias do SMC

Autorizo o desconto, em minha folha de pagamento, referente à compra de créditos na opção Nº ____ desta proposta

Assinatura: _____ Data ____/____/____

Autorização de serviços:

Autorizo meus dependentes, abaixo relacionados (maiores de 18 anos), a contrair e assumir débitos em meu nome dos serviços e convênios oferecidos pelo Sindicados dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba.

Nome _____ CPF _____

Nome _____ CPF _____

Assinatura: _____ Data ____/____/____

Obs.: _____

TERCEIRIZADOS GANHAM MENOS E TRABALHAM MAIS!

**DIZEMOS
NÃO!**

AO PL 4330 DA TERCEIRIZAÇÃO

TRABALHAM
22%
A MAIS

GANHAM
30%
A MENOS

SOFREM
80%
DOS ACIDENTES
DE TRABALHO

DE CADA
5 MORTES
NO TRABALHO
4 SÃO DE
TERCEIRIZADOS

PL4330 TRANSFORMA TODOS EM TERCEIRIZADOS!

Viaje no Feriado da Independência



RECIFE

A partir de

10X R\$139,90

por pessoa

Bilhete aéreo ida e volta + traslado aeroporto/hotel/aeroporto + 05 noites de hospedagem no hotel Prodigy com café da manhã + passeio pela cidade.

Saída 03.09.2015



FORTALEZA

A partir de

10X R\$156,80

por pessoa

Bilhete aéreo ida e volta + traslado aeroporto/hotel/aeroporto + 06 noites de hospedagem no hotel Golden Beach com café da manhã + passeio pela cidade e praia de Cumbuco.

Saída 03.09.2015



PORTO DE GALINHAS

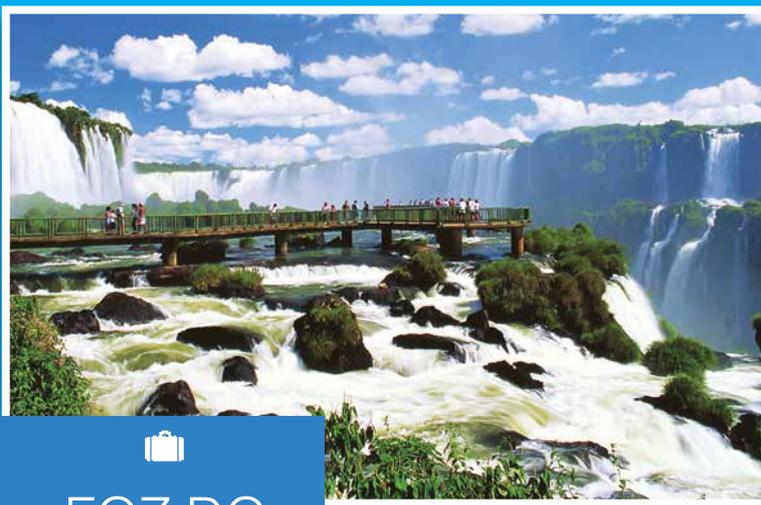
A partir de

10X R\$154,30

por pessoa

Bilhete aéreo ida e volta (via Recife) + traslado aeroporto/hotel/aeroporto + 05 noites de hospedagem na pousada Água Marinha com café da manhã.

Saída 03.09.2015



FOZ DO IGUAÇU

A partir de

10X R\$81,20

por pessoa

Bilhete aéreo ida e volta + traslado aeroporto/hotel/aeroporto + 04 noites de hospedagem no hotel Carimã com café da manhã + passeio Cataratas Brasileiras, panorâmico a Itaipu e parque das aves (ingressos não incluídos).

Saída 04.09.2015

**CONDIÇÃO ESPECIAL
PARA METALÚRGICO**



**MAIS INFORMAÇÕES:
41 3242.7690**

**HS&B – AGÊNCIA DE
VIAGENS E TURISMO**

Av. República Argentina, 452
Cj. 1504 Água Verde - Curitiba - PR



www.hsbturismo.com.br

**PARCELE NO SEU
CARTÃO FIDELIDADE
10X SEM JUROS**

IMPORTANTE: Valores sujeitos a alterações sem aviso prévio. Valores por pessoa em aptos duplos. Não inclui taxas de embarque. O valor deverá ser calculado ao câmbio do dia da compra. Lugares limitados e confirmação mediante disponibilidade. Parcelamento sujeito a aprovação de crédito.